Portaria Conjunta nº 003/2022-GABPRES/CG, de 21 de junho de 2022.

Altera dispositivos da Portaria Conjunta n. 002/2021-GABPRES/CG, de 11 de outubro de 2021, republicada no DOeTCE-RO n. 2458 de 20/10/2021.

O PRESIDENTE E O CORREGEDOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhes conferem o artigo 66, inciso VIII, da Lei Complementar nº 154, de 26 de julho de 1996, combinado com os artigos 187, incisos I e XI, e 191-B, inciso XVIII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO a natureza essencial da atividade desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e a necessidade de assegurar condições mínimas para sua continuidade, compatibilizando-as com a preservação da saúde e bem-estar de membros, servidores, agentes públicos, advogados e usuários em geral;

CONSIDERANDO a necessidade de permanente avaliação do cenário epidemiológico decorrente da pandemia de Covid-19 no Brasil;

CONSIDERANDO o Boletim InfoGripe da Fundação Oswaldo Cruz, o qual apontou que quase 70% dos episódios de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), nas últimas quatro semanas eram de casos de infecção por coronavírus; e

CONSIDERANDO o disposto no processo SEI n. 006010/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso I do art. 8º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I – O acesso ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, compreendidos o prédio Sede e Anexos e a Escola Superior de Contas, será condicionado ao uso de máscaras e à higienização das mãos com álcool em gel 70%.

Art. 2º Alterar o art. 12, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12 No ambiente de trabalho deverão ser observados os protocolos gerais de prevenção, o uso adequado e contínuo de máscara facial, higienização frequente das mãos com água e sabão, e, quando não possível, com álcool 70%.

Art. 3º Os servidores, terceirizados e estagiários, antes de comparecerem ao trabalho, deverão informar a sua condição de saúde ao seu superior imediato e à Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGESP, caso:

I – apresentem positividade para a Covid-19 ou Síndrome Gripal – SG;

II – apresentem histórico de contato com pessoa positiva para coronavírus (Covid-19); e

III – tenham se deslocado para outra localidade que apresente alto índice de contaminação por coronavírus (Covid-19).

§1º É considerado quadro de Síndrome Gripal – SG aquele que apresente, pelo menos, 2 (dois) dos seguintes sintomas:

I – febre (mesmo que referida);

II - tosse;

III - dificuldade respiratória;

IV - distúrbios olfativos e gustativos;

V - calafrios;

VI - dor de garganta e de cabeça;

VII - coriza; ou

VIII - diarreia.

§2º Os servidores, terceirizados e estagiários nas condições descritas neste artigo, se não for o caso de licença médica, ficarão sujeitos, se compatível, ao regime de teletrabalho excepcional, a ser ajustado com a chefia imediata.

§3º O tempo de teletrabalho excepcional será, no mínimo, de 7 (sete) dias, prazo no qual o servidor, terceirizado e estagiário deverão permanecer em isolamento domiciliar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro **PAULO CURI NETO**
Presidente

Conselheiro **EDILSON DE SOUSA SILVA**
Corregedor-Geral